13, 14, 15 E 16 DE OUTUBRO
CURITIBA - PR

Hotel Granville
Rua Des. Clotário Portugal, 35
Centro

C U R S O

LEI ORGÂNICA SOB NOVA PERSPECTIVA

ADEQUAÇÕES, COMPETÊNCIAS, COMPATIBILIDADE CONSTITUCIONAL E OS NOVOS ENTENDIMENTOS DO STF APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO

gestaopublicabrasil_cursos | Gestão Pública Brasil | gestaopublicabrasil.com.br

Objetivo Geral

O curso tem por objetivo proporcionar aos participantes uma compreensão aprofundada da Lei Orgânica Municipal como instrumento normativo responsável pela organização política, administrativa e institucional do Município, examinando sua função na estruturação das competências dos Poderes Executivo e Legislativo, na definição das atribuições dos agentes públicos e na consolidação da autonomia municipal prevista na Constituição Federal.

Busca-se analisar a Lei Orgânica Municipal sob a perspectiva constitucional e jurisprudencial, permitindo a compreensão dos limites e possibilidades de atuação dos Municípios diante das normas constitucionais de observância obrigatória, dos princípios que regem a administração pública e dos entendimentos consolidados pelos tribunais superiores que impactam diretamente a legislação municipal.

O curso tem como finalidade aprofundar o estudo das competências municipais, da organização dos Poderes locais, dos mecanismos de fiscalização e controle, das normas relacionadas ao processo legislativo e das disposições que estruturam o funcionamento institucional do Município, possibilitando uma visão integrada dos principais temas disciplinados pela Lei Orgânica Municipal.

Pretende-se examinar os impactos das decisões contemporâneas do Supremo Tribunal Federal sobre matérias frequentemente previstas nas Leis Orgânicas, incluindo competências legislativas, iniciativa de leis, organização administrativa, fiscalização parlamentar, julgamento de contas, responsabilização de agentes públicos e demais temas que influenciam a validade e a aplicação das normas municipais.

Outro objetivo consiste em desenvolver a capacidade técnica para identificar dispositivos incompatíveis com a Constituição Federal, com a jurisprudência dos tribunais e com a legislação nacional superveniente, permitindo a análise crítica da estrutura normativa vigente e a identificação dos pontos que demandam atualização, adequação ou aperfeiçoamento institucional.

O curso também busca apresentar técnicas e metodologias aplicadas à revisão, reorganização, consolidação e modernização das Leis Orgânicas Municipais, contemplando a elaboração de propostas de alteração normativa, a construção de minutas de emendas orgânicas e a harmonização entre a Lei Orgânica, o Regimento Interno da Câmara Municipal e a legislação local.

Por fim, pretende-se capacitar vereadores, procuradores jurídicos, diretores legislativos, assessores parlamentares, controladores internos e demais profissionais vinculados ao Poder Legislativo e à Administração Municipal para atuar em processos de atualização da Lei Orgânica Municipal, contribuindo para o aperfeiçoamento da estrutura normativa do Município, para a segurança jurídica das decisões institucionais e para a adequada conformidade das normas locais com a ordem constitucional vigente.

Cronograma

13/10/2026 - Terça-feira | 13:00 às 14:00
CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

13/10/2026 - Terça-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO I | A LEI ORGÂNICA COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

- Evolução constitucional da autonomia municipal
- A posição da Lei Orgânica no sistema normativo municipal
- Estrutura e organização do Município
- Competências político-administrativas locais
- Relação entre Lei Orgânica, Plano Diretor e legislação municipal
- Organização territorial e administrativa do Município
- Competências dos órgãos municipais previstas na Lei Orgânica
- Interpretação sistemática dos dispositivos orgânicos
- Os anexos da Lei Orgânica

14/10/2026 - Quarta-feira | 08:30 às 12:00
MÓDULO II | COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO E DO PODER EXECUTIVO NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

- Distribuição constitucional de competências
- Competências privativas e concorrentes dos Poderes Municipais
- Atos de competência exclusiva da Câmara Municipal
- Competências do Prefeito Municipal
- Competências dos Secretários Municipais
- Delegação de atribuições administrativas
- Limites institucionais da atuação parlamentar
- Conflitos de competência e soluções jurídicas

14/10/2026 - Quarta-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO III | LEI ORGÂNICA E O SISTEMA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL

- Estruturação da governança pública local
- Instrumentos de planejamento governamental previstos na Lei Orgânica
- Integração entre PPA, LDO e LOA
- Organização dos sistemas de controle interno
- Transparência e acesso à informação
- Estruturação de conselhos e órgãos colegiados
- Responsabilização dos agentes públicos
- Modernização administrativa prevista na Lei Orgânica

15/10/2026 - Quinta-feira | 08:00 às 12:00
MÓDULO IV | PROCESSO LEGISLATIVO E PRODUÇÃO NORMATIVA A PARTIR DA LEI ORGÂNICA

- Competência para legislar sobre assuntos de interesse local
- Espécies normativas municipais
- Estrutura normativa das leis municipais
- Processo de elaboração e alteração das normas locais
- Emendas à Lei Orgânica Municipal
- Consolidação legislativa municipal
- Harmonização entre Lei Orgânica e legislação inframunicipal
- Segurança jurídica na produção legislativa
- Limites de autonomia do Prefeito(a) na proposição de leis

15/10/2026 - Quinta-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO V | FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

- Competência fiscalizatória da Câmara Municipal
- Controle externo e controle interno
- Julgamento das contas públicas
- Fiscalização da execução orçamentária
- Instrumentos de acompanhamento das políticas públicas
- Convocação de autoridades municipais
- Infrações político-administrativas
- Responsabilidade dos agentes públicos municipais

16/10/2026 - Sexta-feira | 08:00 às 10:30
MÓDULO VI | REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL: ASPECTOS PRÁTICOS, JURISPRUDÊNCIA E ELABORAÇÃO DE MINUTAS

- Diagnóstico técnico da Lei Orgânica Municipal e identificação de dispositivos desatualizados
- Principais inconsistências encontradas nas Leis Orgânicas dos Municípios brasileiros
- Dispositivos frequentemente considerados inconstitucionais pelo STF
- Impactos da jurisprudência recente do STF na organização dos Poderes Municipais
- Atualização das normas relacionadas às competências da Câmara Municipal e do Prefeito
- Adequação das regras sobre processo legislativo às decisões dos tribunais
- Atualização das disposições sobre fiscalização, julgamento de contas e controle externo
- Revisão das normas relativas às comissões parlamentares, convocações e requerimentos de informação
- Compatibilização da Lei Orgânica com a Constituição Federal, Constituição Estadual e legislação nacional
- Harmonização entre Lei Orgânica, Regimento Interno e legislação municipal vigente
- Técnicas de elaboração de Propostas de Emenda à Lei Orgânica Municipal
- Estruturação de minutas para alteração, inclusão e revogação de dispositivos orgânicos

- Construção de modelos de emendas para adequação constitucional e institucional
- Organização de grupos de trabalho para revisão integral da Lei Orgânica
- Checklist técnico dos pontos essenciais para atualização da Lei Orgânica Municipal
- Boas práticas para revisão periódica e modernização da legislação orgânica municipal
- Oficina prática de elaboração de minuta de Proposta de Emenda à Lei Orgânica

Metodologia

A metodologia do curso será desenvolvida a partir de uma abordagem técnico-normativa voltada à análise aprofundada da Lei Orgânica Municipal como instrumento central de organização política, administrativa e institucional do Município. Os conteúdos serão trabalhados com foco na interpretação sistemática dos dispositivos orgânicos, considerando sua relação com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a legislação nacional e os entendimentos consolidados dos tribunais superiores aplicáveis à realidade municipal.

O desenvolvimento das atividades priorizará a análise prática das competências municipais e dos mecanismos de organização dos Poderes Executivo e Legislativo previstos na Lei Orgânica. A abordagem permitirá examinar a distribuição constitucional de atribuições, os limites da autonomia municipal, os reflexos da jurisprudência constitucional na atuação dos agentes públicos e os aspectos relacionados à estruturação institucional do Município.

Os participantes serão conduzidos à compreensão dos impactos produzidos pelas decisões do Supremo Tribunal Federal sobre matérias frequentemente disciplinadas pelas Leis Orgânicas Municipais, incluindo competências legislativas, iniciativa de leis, organização administrativa, fiscalização parlamentar, julgamento de contas, controle institucional e demais temas que influenciam diretamente a validade e a efetividade das normas orgânicas.

A metodologia contemplará o exame técnico de dispositivos presentes em Leis Orgânicas de diversos Municípios brasileiros, possibilitando a identificação de incompatibilidades constitucionais, conflitos normativos, lacunas legislativas e dispositivos que demandam atualização em razão da evolução da jurisprudência e das transformações verificadas na administração pública municipal. A análise comparativa permitirá compreender diferentes modelos de estruturação normativa e seus reflexos na governança local.

Serão desenvolvidas atividades voltadas à interpretação e harmonização dos dispositivos da Lei Orgânica com o Regimento Interno da Câmara Municipal, com a legislação municipal vigente e com os instrumentos de planejamento e gestão pública. Essa integração possibilitará uma visão sistêmica da organização normativa do Município, favorecendo a construção de soluções compatíveis com as exigências constitucionais e institucionais contemporâneas.

O curso também utilizará estudos de casos relacionados à elaboração de emendas à Lei Orgânica, reorganização de competências institucionais, revisão de dispositivos fiscalizatórios, aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e atualização das normas que disciplinam a atuação dos Poderes Municipais. A abordagem buscará aproximar os participantes de situações frequentemente enfrentadas pelos órgãos legislativos e pelas administrações municipais.

Especial atenção será destinada às técnicas de revisão, consolidação e atualização da Lei Orgânica Municipal, abrangendo a identificação dos pontos críticos que exigem adequação normativa, a estruturação de propostas de alteração legislativa, a organização de grupos de trabalho para revisão orgânica e a utilização de metodologias voltadas à modernização dos textos normativos municipais. O conteúdo será orientado para a aplicação prática dos conhecimentos no contexto institucional das Câmaras Municipais.

Ao longo do curso, os participantes terão contato com modelos de dispositivos normativos, minutas de Propostas de Emenda à Lei Orgânica, matrizes de compatibilização constitucional, roteiros de atualização legislativa e instrumentos técnicos utilizados em processos de reforma orgânica. A metodologia busca proporcionar uma formação avançada e especializada, direcionada à qualificação das atividades de revisão normativa, fortalecimento institucional e aperfeiçoamento da legislação fundamental dos Municípios brasileiros.

Público-alvo

O curso é direcionado a Prefeitos, secretários municipais presidentes de câmaras, vereadores, diretores de câmaras, assessores parlamentares, contadores, procuradores jurídicos, controladores internos, especialistas em recursos humanos, tecnologia da informação, técnicos legislativos, ouvidores, auxiliar administrativo, jornalistas, assessoria de imprensa, gestor de transparência, membros de comissões de licitação, pregoeiros, gestores de planejamento de compras, diretores de departamento, engenheiros, arquitetos, entre outros cargos vinculados às estruturas organizacionais do Poder Executivo e Legislativo municipal.

Palestrante

André Luiz de Oliveira

É escritor e autor com atuação técnica na área da Administração Pública e do Poder Legislativo, com livros reconhecidos e difundidos no cenário nacional e internacional. Entre seus principais livros publicados figuram-se:

Livro: Manual de Processo Legislativo da Câmara Municipal da Proposição ao Texto Legal: Instrumentos Técnicos e Procedimentos para Elaboração, Tramitação e Redação das Leis
Livro: Manual do Vereador Atuante: Planejamento Parlamentar para um Mandato Eficiente.
Livro: Administração Pública e Financiamento da Educação.
Livro: Poder Legislativo, Inovações e Conceitos para Ampliar a Eficiência da Câmara Municipal
Livro: Câmara Municipal Ações e Práticas Inovadoras para Vereadores, Servidores e Assessores

É Doutorando em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-PR. É Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-2018, graduado em Gestão Pública CRA-PR 03-01450, graduado em Ciências Políticas, graduado em Sociologia, graduado em Filosofia, pós graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, pós graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades, pós graduado em Docência e Didática do Ensino Superior. Foi Vereador de 2017/2020, é autor de mais de trinta leis publicadas no legislativo municipal.

Currículo completo em:
https://lattes.cnpq.br/6790541459817477

Investimento

R$ 2.890,00

Local

Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro
Curitiba - PR

Incluso neste curso:

- Curso presencial, com carga horária de 20 horas
- Apostila
- Material prático impresso
- Kit aluno
- Coffee break
- Certificado

Obrigatório cadastro e registro biométrico facial para controle de frequência Emissão de certificado com carga horária cursada conforme registro de presença por biometria facial.
O participante receberá uma consultoria online pós curso gratuitamente, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

Sobre a Gestão Pública Brasil

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 Nº 95, em 22/05/2026, PÁG.173 Código Localizador: 05302026052200173.

Certidão disponível em nosso site:
https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/

Dados bancários

Banco Sicoob
Agência: 4340
Conta corrente: 191053-1

Chave pix: CNPJ
40.178.961/0001-05

Direitos autorais reservados à Gestão Pública Brasil LTDA

Obra protegida pela Lei nº 9.610/1998

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
gestaopublicabrasil.com.br
(41) 9 9786-5376
gestaopublicabrasilcursos@gmail.com